

POR QUE RIR DA FILOSOFIA POLÍTICA?

Abertura

Renato Lessa

Não é a primeira vez que a Anpocs abriga uma discussão que envolve questões de teoria política e de Filosofia Política. Até onde minha memória alcança, essa é a terceira vez que nós nos reunimos, em tempos recentes e em eventos fora dos grupos de trabalho regulares, para discutir questões dessa natureza. Na primeira dessas ocasiões, em 1994, sob a coordenação de Célia Quirino Galvão, Fábio Wanderley Reis, Carlos Nelson Coutinho e eu nos reunimos para discutir algumas perspectivas da teoria política no fim do século. Dois anos mais tarde, nova iniciativa coordenada por Walquíria Leão Rego reuniu Décio Saes e a mim em uma produtiva manhã que Euclides da Cunha certamente teria designado como de contrastes e confrontos. Já se pode, portanto, falar em uma certa tradição, e a expectativa é a de que essa rotina benigna possa contar com uma acolhida cada vez maior.

Antes de passar a palavra para meus colegas, eu gostaria de, rapidamente, falar, em primeiro lugar, a respeito das razões do título desta mesa. Qual a razão de propor uma discussão sobre questões de teoria e filosofia políticas *com esse*

título? Além da provocação, que sempre se espera que a gente faça, esse título evoca uma polêmica memorável, constituída no campo da Filosofia propriamente dita, que envolveu os professores Osvaldo Porchat Pereira, Bento Prado Jr. e Tércio Sampaio Ferraz, e que resultou num belo livro, lamentavelmente esgotado, *Filosofia e visão comum do mundo*. O livro contém um artigo do Bento Prado Jr. com esse título: "Por que rir da Filosofia?". Tratava-se, então, de interpelar uma perspectiva de trabalho dentro do campo da Filosofia que, recusando o predomínio de sistemas dogmáticos de representação do mundo e do conhecimento, propunha aderir à visão comum do mundo, à visão do homem comum, e, tal como o professor Porchat dizia então, *sair em silêncio da Filosofia*. O percurso então sugerido pela adesão à visão comum da vida aparece como irrealizável, já que qualquer abandono da Filosofia implicará, necessariamente, uma justificação filosófica desse abandono.

Foi uma bela conversa. Mas, nossa intenção não é a de reeditá-la. Trata-se apenas de tomar de empréstimo a

pergunta para iniciar uma conversa sobre os lugares da Filosofia Política em nossa tradição disciplinar. Portanto, a pergunta não deve ser tomada de maneira literal, mesmo porque muitas das reações, na nossa área, a quem trabalha com Filosofia Política não são exatamente bem-humoradas. Com frequência são coléricas. Então, nesse caso, a pergunta mais apropriada seria: por que ter cólera da Filosofia Política? Mas, nós preferimos começar a discussão de uma maneira leve, sem provocação excessiva.

Eu acho que um esclarecimento adicional se faz necessário para tentar estabelecer em que sentido muito preciso esta expressão imprecisa, Filosofia Política, está empregada na proposta desta mesa. A idéia é absolutamente trivial, quase que acadiana. Trata-se de supor, para fins de trabalho, que a reflexão política contém, desde os seus primórdios, um conjunto de preocupações que envolvem *postulações de ordem ontológica*, isto é, proposições a respeito da constituição do mundo; *premissas e decisões epistemológicas*, que dizem respeito ao alcance do conhecimento humano sobre o mundo político; *definições quanto à natureza dos agentes sociais* que habitam o mundo político, isto é, descrições da natureza humana e da conduta humana; *postulações de ordem normativa*

e dotadas de implicações práticas, e decisões a respeito da forma narrativa de exprimir essa combinação. A definição básica — e mínima, já que sobre ela muitas outras redefinições podem ser construídas — representa o campo do conhecimento político como necessariamente marcado por essas várias formas de reflexão: ontológica; epistemológica; a que trata da natureza dos agentes sociais; a que estabelece os padrões de boa conduta humana e institucional; e a que circunscreve decisões a respeito da estética discursiva adotada para dizer o que se pensa e o que se acha. Nesse sentido, a proposta da mesa é estabelecer uma conversa a respeito de modos distintos e, eventualmente, convergentes de trabalho nessa área, indicando mais a possibilidade de uma convergência de agendas do que, necessariamente, de respostas por parte das pessoas que vão participar do debate.

* Realizada no XXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, em 24 de outubro de 1997, com a participação de Renato Janine Ribeiro, Luiz Eduardo Soares, Gildo Marçal Brandão e Renato Lessa, coordenador da mesa.